

# A moralidade coletiva

Julián Marías

Falaremos hoje de um problema relacionado com o horizonte do próximo século, que é o problema da moralidade coletiva. A moral é assunto pessoal, e portanto individual, de cada pessoa. O homem, porém, vive em sociedade, possui uma vida individual articulada com a vida coletiva, e, por conseqüência, a vida moral está condicionada naturalmente pela situação social em que vivemos, pelo conjunto de usos, de vigências, de pressões sociais, de modelos, de exemplos: tudo isso influi grandemente. Deve ficar claro que, por se tratar de um assunto pessoal, o fator decisivo é a liberdade. Ou seja, o homem é responsável, o homem faz a sua vida, escolhe a sua vida, realiza-a na medida em que as circunstâncias o permitem; mas o projeto é próprio, é pessoal, cada qual imagina a sua vida, projeta-a, tenta realizá-la mais ou menos, melhor ou pior; e influem as circunstâncias sociais. (...) A liberdade é sempre fundamental e decisiva, e faz também com que o homem seja responsável: eu sou responsável, não pelo conteúdo último da minha vida nem por aquilo que me afeta do exterior, mas sim pelo que eu escolho, pelo que eu prefiro, pelo que decido dentro das possibilidades. (...)

O homem da nossa época recebe uma série de interpretações da realidade que, muitas vezes, têm um caráter moral. Aparecem formas de vida, de relacionamento humano, de família, de ética política, que são, de certa forma, interpretações a uma determinada luz, favorável ou desfavorável conforme os casos, e muitas vezes apresentam-se como normais porque são freqüentes. Essa identificação parece-me muito perigosa: considerar o que é freqüente como normal, o que é normal como lícito, e o que é lícito legalmente como se fosse moral. Não! Trata-se de identificações inaceitáveis. Pode haver coisas freqüentes que não são normais, pode haver coisas normais, mas que a pesar de serem normais nem por isso são lícitas, e pode haver coisas lícitas legalmente, mas que não o são moralmente. Portanto, é preciso analisar cada caso concreto. (...) Não esqueçam que a palavra deriva do substantivo latino *mos*, *moris*, que significa costume. Ou seja, os costumes têm um caráter moral, vivem-se como algo que tem condição moral e, evidentemente, a moral é afetada pelos costumes. Fala-se de "bons costumes" ou "costumes ruins", diante dos quais o homem, insisto, é sempre livre. Em última análise, o homem pode aceitar as vigências sociais ou resistir a elas, mas deve tê-las em conta: a vigência é algo que tem força, e portanto devo levá-la em conta, precisamente porque pressiona. Mas sempre posso recusar ou aceitar, até mesmo com entusiasmo ou tibiamente. Isso, porém, não é fácil, e de fato a vida coletiva fica afetada por esse sistema de pressões. Se consideramos a vida atual comprovamos que o que aparece, o que se apresenta como modelo ou como exemplo nos meios de comunicação, é sempre minoritário. Este é um problema curioso. Pensem por exemplo na televisão: nela, os senhores vêem certas pessoas ou grupos de pessoas que falam, emitem as suas opiniões, a sua forma de ver as coisas, etc. Essas pessoas são muito poucas, muito poucas. (...)

Parece que isto não tem importância, mas não é assim; tem, e muita, porque é o que se vê, o que consta. É, poderíamos dizer, o ponto de referência do homem e da mulher individuais. Não se compreende nada da nossa época sem termos em conta essa pressão coletiva, minoritária na realidade, mas com efeitos sobre todas as classes e níveis sociais. (...) E como essa influência é enorme, a situação da moral coletiva é inquietante. Esses influxos que afetam todo o mundo, têm o efeito de uma inundação. Muitos deles são discutíveis, rejeitáveis; e outros, que poderiam ser perigosos, são efêmeros, duram pouco. O que se vê pela televisão tem efeitos amplíssimos: são efeitos muito difundidos, mas em geral duram pouco. Produz-se então um estreitamento do horizonte ou, de certa forma, uma manipulação, que poderíamos chamar de manipulação consentida. E isto tem um caráter moral preocupante: é muito grave. Há pessoas que vivem a partir delas mesmas, que têm as suas convicções pessoais, que podem não ser muito boas, mas são pessoais, e que portanto não se deixam manipular, exercem a sua liberdade. E há outras muitas pessoas que estão, diríamos, num estado de passividade, que aceitam o que se divulga como se fosse a própria realidade, que não fazem questão, de modo que permitem que a sua vida seja orientada, configurada por esses influxos originariamente minoritários, sempre muito minoritários: as pessoas que controlam os meios de comunicação são muito poucas; representam um setor que exerce uma influência enorme. E não consciente, e a maior parte das pessoas recebe isso com uma espécie de passividade. Eu não acredito –disse isso muitas vezes– que a nossa época seja especialmente imoral. Não o é; acredito que já houve épocas muito mais imorais do que a nossa; mas a nossa é uma época de muita desorientação. De fato, há muitas pessoas que na realidade não sabem a que ater-se, não sabem direito o que pensam, aceitam o que se divulga sem muito entusiasmo, sem muita força também, com certa apatia ou debilmente, mas o aceitam.

Acontece então uma espécie de indefinição: acredita-se que tudo é aceitável: “mas é claro, por que não?”, e daí deriva uma sensação geral de incerteza. Há um grande número de pessoas que não sabe a que ater-se. Atualmente as pessoas acreditam que não se pode julgar acerca de nada, e que tudo dá na mesma: e chama-se a isso liberdade. Liberdade não é dizer o que me passa pela cabeça, ou o que o vizinho me diz, ou o que o chefe manda. Liberdade é o que eu posso querer, o que eu posso querer pessoalmente. Daí que muita gente não possa querer o que faz. Não pode querê-lo: agem sem mais nem menos. O único remédio para esta situação está no exercício da liberdade. O problema está em que muitas pessoas não atuam livremente, não agem do fundo de si mesmas, não decidem, não escolhem o que livremente querem, o que realmente consideram correto... e, perante o século que daqui a pouco termina, estaremos numa situação em que muita gente se deixa levar. E, assim, haverá uma desmoralização maior do que a atual. (...)

Em última análise, a recuperação da saúde geral da vida moral depende do exercício da liberdade, da afirmação da liberdade. Como os senhores podem ver, após insistir na influência do coletivo, acredito que o fator decisivo, um pouco paradoxalmente, é colocar o ponto de apoio na vida individual. Mas acontece que o que se apresenta como influxo coletivo tem a sua origem em grupos muito minoritários (não se esqueçam disso, mencionei-o anteriormente), isto é, origina-se em vidas individuais. Trata-se portanto de

evitar que uns poucos aproveitem as possibilidades técnicas do mundo atual para manipular os indivíduos e despojá-los da sua realidade propriamente pessoal. Disse muitas vezes que a liberdade deve aprimorar-se: não suprimindo-a, mas com mais liberdade ainda. Devem exercitá-la todos, e não apenas alguns em nome dos demais, porque isso é manipulação... Dessa forma, ao falarmos em moralidade coletiva voltamos ao ponto de partida, ao lugar em que propriamente reside a moralidade: a vida pessoal, a vida de cada um de nós. Os senhores vêem como, no fim das contas, o remédio para os perigos que nos ameaçam não deve ser procurado primariamente nas técnicas ou, diríamos, nos recursos da vida coletiva (por exemplo, na política ou na economia, na medida em que a economia também possui uma vertente moral); mas apelando para a moral individual, em suma, para a personalidade. A questão é que ninguém abdique da sua personalidade, porque muitos declinam da sua condição pessoal e se deixam manipular. Ocorrem fanatismos de todo tipo, e muita gente embarca neles. Lembro-me que, quando Ortega y Gasset esteve na Alemanha, em 1934, ao retornar dizia aos que éramos seus alunos: "o problema está em que os alemães embarcam numa idéia como em um transatlântico". Isso acontece aos alemães e aos não-alemães: embarcam numa idéia, uma pseudo-idéia insustentável, que não se pode justificar, como se fosse um transatlântico e demitem-se da sua personalidade, deixam-se arrastar. Por vezes é como um vírus que se espalha e chega a ser um frenesi. Este é um dos grandes perigos da nossa época, e acredito que deve ser levado em consideração para procurar a solução, se a houver, na vida pessoal.

Resumo de uma conferência ministrada no "Instituto de Espanha" (Madrid) em 15/04/1998. Julián Marías nasceu em 1914 na cidade de Valladolid (Castilla la Vieja), foi um dos pensadores mais proeminentes em língua espanhola. Começando a publicar em 1941 (*Historia de la filosofía*), publicou a média de um livro por ano. Entre outras: *Miguel de Unamuno* (1943), *Introducción a la filosofía* (1947), *A Antropología metafísica* (1980) e *La felicidad humana* (1987). Faleceu aos 91 anos em 15 de dezembro de 2005.

(Fonte: *Interprensa*, agosto de 1998)